

Grupo ataca live com Maria da Penha sobre violência contra a mulher com deficiência

Lei que tem o nome da ativista coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Vídeo transmitido pela Prefeitura de Fortaleza no Google Meet faz parte das ações da semana de luta da pessoa com deficiência. Invasores publicaram conteúdo pornográfico e declarações editadas do presidente Bolsonaro.

(Estadão | 21/09/2021 | Por Luiz Alexandre Souza Ventura)

Um grupo atacou nesta terça-feira, 21/9, uma transmissão ao vivo da [Prefeitura de Fortaleza \(CE\)](#) que tinha como convidada a ativista [Maria da Penha Maia Fernandes](#), líder de movimentos de defesa dos direitos das mulheres, que se tornou uma pessoa com deficiência em 1983, após sofrer duas tentativas de homicídio pelo homem com quem era casada.

A [Lei nº 11.340/2006](#), chamada de Lei Maria da Penha em homenagem à ativista, coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher.

O tema da *live* era a violência contra as mulheres com deficiência, organizada na plataforma Google Meet, com início marcado para 14h e aberta ao público, mas antes do debate começar houve o ataque.

A conversa era mediada pelo advogado Emerson Damasceno, coordenador especial da pessoa com deficiência, com participação de Christina Brasil, coordenadora da mulher.

“Foi um ataque organizado, com várias fontes, que começaram a publicar vídeos de conteúdo pornográfico e edições de declarações do presidente Jair Bolsonaro”, explica Emerson Damasceno.

A transmissão foi imediatamente interrompida. Na sequência, um novo link foi gerado e a discussão foi retomada, com permissão apenas para

participantes conhecidos.

“Após o ataque, conseguimos fazer um debate muito positivo, com informações importantes para as pessoas com deficiência, enriquecidas pelas histórias da Maria da Penha”, comenta Damasceno.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

Coletivo Feminista Helen Keller celebra 3 anos com lives sobre maternidade e autismo e relações amorosas de mulheres com deficiência - De 20 a 22/09

O Coletivo Feminista Helen Keller completa 3 anos neste mês. Em comemoração, de 20 a 22 de setembro, o grupo promove uma série de 3 *lives* transmitidas pelo [canal no YouTube](#). Na programação temas como maternidade e autismo, relações amorosas e mulheres com deficiência serão debatidos com as convidadas. O grupo luta pelos direitos das mulheres com deficiência e homenageia Helen Adams Keller, escritora, conferencista e ativista social norte-americana, primeira pessoa cega e surda a conquistar uma formação acadêmica.

Confira a íntegra da programação:

Dia 20/9, 19h, tema: “Mãe, preta e autista” com Luciana Viegas, Carol Constantino, intérprete Lahis Brandão e audiodescrição por Cris Kenne. Link da [live aqui](#).

Dia 21/9 19h, tema: “Mulheres com deficiência e o dispositivo amoroso” com

Valeska zanello, Fernanda Vicari, intérprete Liziane Silva e audiodescrição por Kenne. Link da [live aqui](#).

Dia 22/9 20h, tema: “Mulheres com deficiência na vida acadêmica, Fatine Oliveira, Priscilla Mezes, Mila D’Oliveira, intérprete Juliane Toschi e audiodescrição por Cris Kenne. Link da [live aqui](#).

Aniversário
CFHK
Coletivo Feminista Helen Keller

com
intérprete de Libras
audiodescrição

Mãe, preta e autista
convidada
LUCIANA VIEGAS
20/9
19h
autista ativista, mãe de autista, pedagoga e professora da rede pública estadual de São Paulo.

Dispositivo amoroso
convidada
VALESKA ZANELLO
21/9
19h
Psicóloga e filósofa, Profª do dept. de Psicologia Clínica/UnB

Mulheres com deficiência na academia
convidadas
FATINE OLIVEIRA
22/9
20h
mestre em Comunicação Social (UFMG) ativista e autora do blog *Diábuga* sobre pessoas com deficiência.
PRISCILLA MENEZES
Mestranda do Programa de Pós-graduação do Núcleo Interdisciplinar sobre a Mulher/ UFBA.

Artigo | Mulheres com deficiência e a luta contra o

patriarcado e o capacitismo, Viviane Sarmiento

No mês de agosto, aclamam a conquista da lei Maria da Penha, usam a sua imagem, mas apagam, literalmente, a sua cadeira

(Brasil de Fato | 25/08/2021 | Por Viviane Sarmiento)

Muitos paralelos existem entre os significados sociais atribuídos aos corpos femininos e os corpos com deficiência. Tanto o corpo feminino quanto o das pessoas com deficiência são considerados historicamente desviantes e inferiores; ambos são definidos a partir de uma lógica social, cultural e econômica e, por isso, categorizados a partir de uma norma.

Entretanto, a discursiva equação que desvincula o feminino da deficiência nunca deixou de ser comum. Tais nexos estão alicerçados na ideia socialmente naturalizada da deficiência como um corpo biológico disfuncional e socialmente invalidado. Essa construção tem consequências graves e diárias, implícitas e explícitas.

Um exemplo são as perguntas constantes sobre a sexualidade da mulher com deficiência: ela transa, sente prazer, fica grávida, alguém pode amá-la, é lésbica? Ou ainda, as dúvidas onipresentes sobre a possibilidade de uma vida com deficiência gerar ou cuidar de outrem, as quais respaldadas no argumento eugênico de um trabalho de tratamento bioético social, esterilizam essas mulheres.

Esses exemplos ilustram o fato de que tudo que se refere à essencialização do feminino, mas se choca com a realidade de mulheres com deficiência, coaduna-se proporcionalmente com um julgamento de “impossibilidade social de existência”. Isto porque rompe com o ideário de corpo e indica a representação do oposto ao empregado pelo autogoverno, autodeterminação, autonomia e progresso fundantes na ideologia neoliberal.

Viviane Sarmiento é doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Professora Adjunta da Universidade Federal do Agreste de

Pernambuco (UFAPÉ), pesquisadora sobre os significados sociais da deficiência e militante pelos Direitos da pessoa com deficiência e pela Marcha Mundial Mulheres (MMM).

[Acesse o artigo completo no site de origem](#)

Curso “Feminismo e Deficiência: um caminho em (des) construção” - De 25/08 a 15/09

O [Coletivo Feminista Helen Keller](#), em parceria com SESC, promove o curso “Feminismo e Deficiência: um caminho em (des) construção”, realizado de 25 de agosto a 15 de setembro, às quartas-feiras, das 19h às 21h. As inscrições podem ser feitas [aqui](#).

A partir da perspectiva dos estudos da deficiência serão discutidos como o feminismo contempla as mulheres com deficiência, os marcadores sociais das diferenças e os processos de exclusão e inclusão nos contextos sociais das mulheres com deficiência.

Cresce violência contra mulheres com deficiência, mas

pandemia dificulta registros

(Estadão | 25/03/2021 | Por Luiz Alexandre Souza Ventura)

A violência contra a mulher com deficiência cresceu nas cidades paulistas, segundo informações da Base de Dados dos Direitos da Pessoa com Deficiência, organizada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo (SEDPcD), mas as medidas de prevenção durante a pandemia de covid-19, com regras de isolamento e distanciamento social, estão dificultando os registros dos casos.

De acordo com SEDPcD, na comparação de 2019 com 2020, houve crescimento de 67,9% nas denúncias de lesão corporal e de 34,2% nas notificações de ameaça, mas o número de boletins de ocorrência lavrados caiu 33,4%, de 12.494 para 8.352. A violência doméstica e o estelionato são os principais relatos.

De acordo com a Base de Dados, SP tem 1.710.601 mulheres com deficiência, o que equivale a 56,86% do número total de pessoas com deficiência no estado.

Uma forma de ajudar as mulheres com deficiência é acompanhar o TODAS in-Rede, que capacita profissionais da Rede de Proteção e das Delegacias de Defesa da Mulher, para atendimento qualificado às vítimas.

Outra forma é acionar a DPPD (Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência), que fica na Rua Brigadeiro Tobias, nº 527, no centro histórico da capital paulista. Uma das medidas para ampliar o acesso à delegacia foi a implementação de atendimento à distância.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Agressão e silêncio: a rotina de violência doméstica contra uma mulher com deficiência

(Projeto Colabora | 09/03/2021 | Por Jeniffer Mendonça e Maria Teresa Cruz)

De acordo com o [levantamento coletado por meio de denúncias ao Disque 100 da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos](#), que integra o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no primeiro semestre de 2020, das 195.201 denúncias, 4.866 se tratavam de vítimas com deficiência, das quais 44,8% são mulheres. A maior parte dos suspeitos agressores são irmãos (923) e pai ou mãe (887). No ranking, é o sexto grupo vulnerável mais atingido, perdendo para as violências contra crianças e adolescentes, contra idosos, contra a mulher e contra pessoas com restrição de liberdade.

As violências psicológica (1.853) e física (1.727) foram os tipos mais recorrentes. Além disso, 48,3% das denúncias têm como cenário de violência a casa onde o agressor e a vítima residem. Os dados mais recentes datam até 30 de junho de 2020.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

24% das empresas não têm funcionárias negras, diz

pesquisa; 1 em 4 não têm mulheres em cargos de chefia

Dados mostram ainda que 69,4% das companhias entrevistadas não contam com colaboradoras com alguma deficiência física

[\(G1 | 28/10/2020 | Por Marta Cavallini\)](#)

Pesquisa da Triwi, consultoria em marketing digital, mostra que 24% das empresas entrevistadas não têm mulheres negras no quadro de funcionários - cerca de 1 em cada 4. E quase 70% não contam com colaboradoras com alguma deficiência física.

Segundo o levantamento, 27,4% das empresas entrevistadas contam com mais de 51% do quadro de funcionários representado por mulheres e 53,2% das empresas contam com até 30%.

[*Acesse a matéria completa no site de origem.*](#)

‘Você trabalha? Nossa, parabéns!’: As frases capacitistas que estamos cansadas de ouvir

Estas mulheres relatam comentários que reafirmam o preconceito contra pessoas com deficiência

[\(HuffPost | 17/10/2020\)](#)

O preconceito contra pessoas com deficiência vai muito além do olhar e da exclusão desse grupo na sociedade. Denominado capacitismo, ele se faz presente no dia a dia das PCDs por meio de palavras, expressões, perguntas e comentários carregados de discriminação. No entanto, essas frases aceitas pelo senso comum prejudicam a inclusão e a saúde mental de milhares de homens e mulheres.

A convite da AACD, instituição que atua na reabilitação de crianças e adultos com deficiência física ou necessidades ortopédicas, Beatriz Bebiano, Helô Rocha e Manu Aguiar listaram as situações e comentários mais comuns que ocorrem com frequência em suas vidas enquanto mulheres com deficiência.

[*Acesse a matéria completa no site de origem.*](#)

Dossiê Violência Sexual: Instituto Patrícia Galvão lança seção sobre Violência sexual e suas intersecções com o racismo, a LBTIfobia e o capacitismo

(Agência Patrícia Galvão | 25/08/2020)

O que torna algumas mulheres mais vulneráveis à violência? Por que é preciso enfrentar o racismo, a LBTIfobia e o capacitismo para coibir a violência sexual? Quais são os impactos das diversas discriminações no

acesso à saúde e à justiça quando uma violência sexual já aconteceu? Essas são algumas das perguntas que norteiam a nova seção do [***Dossiê Violência Sexual***](#) lançada hoje pelo **Instituto Patrícia Galvão: Violência sexual e suas intersecções com o racismo, a LBTIfobia e o capacitismo**.



Dados e pesquisas mostram que alguns grupos de mulheres no país são mais vulnerabilizados, tanto por estarem sob maior risco de sofrerem violências sexuais quanto de terem seus direitos violados pelo Estado, por ação direta ou omissão, depois que a violência já aconteceu. A intersecção de preconceitos nas múltiplas condições femininas vividas por mulheres negras, indígenas, periféricas, LBTI+ e com deficiência não só aumenta o risco, como funciona como uma séria barreira para o acesso à justiça e a meios de interromper um ciclo de violência que se perpetua e perpassa o cotidiano dessas mulheres.

As especialistas e ativistas consultadas para o ***Dossiê Violência Sexual*** apontam que, para serem realmente eficazes, as leis, políticas públicas, serviços e ações de enfrentamento à violência sexual devem considerar as desigualdades estruturais e históricas e as diferentes condições vividas pelas mulheres em um país extenso e diverso como o Brasil.

Dossiê Violência Sexual: para compreender e enfrentar

Lançado em 2019, o ***Dossiê Violência Sexual*** traz informações sobre as diversas formas de assédio sexual e de violência de gênero online, além do estupro, considerado uma das formas mais graves de violação aos direitos humanos. Como essas violências acontecem no Brasil? Que leis e informações podem ajudar? Se estou passando por essas violências, quem eu posso procurar? O que eu preciso saber para apoiar uma vítima de violência sexual?

Para saber, acesse:
<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/>

“Nós, pessoas com deficiência, temos mais dificuldade para sair do armário. Somos tratados de maneira pior”

Numa sociedade que tende a infantilizar essa população, para muitos é impossível aceitar sua homossexualidade sem apoio da família

[\(El País | 04/07/2020 | Por Virginia López Enano\)](#)

Alejandra (nome fictício) [gosta de roupas masculinas](#), mas precisa de ajuda para ir a uma loja. Se a família não gostar da peça de roupa que ela escolheu, não a compra. Tem cerca de 40 anos e quer tingir o cabelo. Tampouco pode. Seu corpo não lhe responde e seus desejos se extinguem se, ao verbalizá-los,

seus pais se recusam a cumpri-los. O que jamais confessou a eles é que tem atração por garotas. Ela mesma mal sabe o que isso significa. O armário de Alejandra tem um fundo duplo, em um deles guarda sua [homossexualidade](#). No outro, sua [deficiência intelectual](#).

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)